

QUE DESENVOLVIMENTO REGIONAL? CASTANHEIRA DE PERA E O NORTE DESERTIFICADO DO DISTRITO DE LEIRIA

Kalidás Barreto

1. BREVE NOTA HISTÓRICA

Situados no norte do distrito de Leiria de que fazem parte, mais propriamente na zona do pinhal interior, existem três concelhos de gente determinada que, ao longo da sua história, tem procurado fugir ao isolamento, na conquista do seu próprio desenvolvimento: Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos.

Com origem e identidade comuns, esses três concelhos estão hoje reunidos na Comarca de Figueiró dos Vinhos e eram parte do território conimbricense doado em 1135, por Afonso Henriques a três cruzados.

Denominava-se Terras de Pedrógão e a doação correspondia ao intuito do nosso primeiro rei, então ainda príncipe, de povoar esta zona serrana no mesmo ano em que fundava o castelo de Leiria, premeditando a conquista de Santarém aos Mouros.

Pelo viso da Serra que atravessava esta zona, passava a denominada estrada real que de Coimbra seguia para o sul indo muito provavelmente entroncar entre Penela e Condeixa já no itinerário romano que ligava Lisboa a Braga.

Gente daqui esteve em Alcácer Quibir e nos Descobrimentos.

O seu povo, determinado, como atrás se diz, na luta pelo seu desenvolvimento, desbravaram caminhos, fundaram conventos, igrejas e freguesias, reclamaram a sua autonomia que foram conquistando, construíram azenhas e ferrarias, a primeira do século XVI, levaram neve da serra ao Paço e souberam antes, ainda no século XV, reclamar do rei Afonso V, o direito a zonas de pastorícia. Já no século XIX tiveram o Terceiro Centro Nacional da Indústria de lanifícios que conquistou vários prémios internacionais e cujas máquinas vieram puxadas por juntas de bois, através dos montes.

Destas terras saíram ou tem a sua origem heróis nacionais, poetas, escultores, pintores, bispos, arcebispos e pregadores, homens públicos de várias épocas.

Foram estas terras palco de lutas pela República e tiveram representantes no Parlamento e no Governo em todas as épocas. Da monarquia até agora e nas Constituintes de 1911 e 1976.

Frutos humanos e exemplos históricos, contributos à Nação que, a despeito de tal, ofereceu em troca, a essa zona, apatia e desinteresse da esmagadora maioria dos governos.

Valeu o querer dos habitantes que teimaram em ficar, vivendo de uma agricultura de dimensão pouco mais do que familiar, pastorícia incluída, do pinhal, do corte, da resina, das indústrias de serração e laneira e de poucos serviços.

De resto o desenvolvimento foi sempre condicionado às deficientes e distantes ligações rodoviárias e ferroviárias aos principais centros urbanos e aos obstáculos da burocracia do Poder Central.

Já em 1966 num seminário sobre o desenvolvimento comunitário realizado na Foz do Arelho e versando a problemática do distrito de Leiria, a Dr^a Maria Manuela Silva face às graves assimetrias regionais, sugeria a necessidade de: “Criar localmente condições de trabalho produtivo, mediante a assistência técnica a actividades artesanais tradicionais e implantação regional de novas indústrias adequadas aos recursos existentes”.

Havia aqui alguma prudência, mas muito realismo face ao tecido social em presença, mas não deixava de apontar que a “a administração pública, em geral, pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento. Por um lado por estar baseada num esquema rotineiro e numa mentalidade retrógrada de administradores com a tendência de se colocarem à margem dos problemas de desenvolvimento e orientada apenas no sentido de garantir situações adquiridas.

E foi afinal este o grande factor de bloqueio do desenvolvimento e desertificação que podemos comparar neste quadro:

Variação Populacional

Segundo recenseamentos gerais da população (fonte INE):

Concelhos	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960
Cast. Pera	3972	4999	5959	6213	6523	5839	6116	6411	6330	5739
Fig. Vinhos	8040	9044	9127	9702	10630	10686	10699	12031	12300	11545
Ped. Grande	6230	6597	7333	7944	8561	8541	8877	9250	8955	8239

II. A SITUAÇÃO NO 25 DE ABRIL – E AS CULPAS DOS GOVERNOS ANTES E DEPOIS DE ABRIL

Num balanço feito no distrito de Leiria nas comemorações em 1966 no 40º aniversário do 28 de Maio, enaltecia-se o trabalho da revolução nas aldeias, agradecendo-se “ao Bom Deus a generosidade nas riquezas e belezas com que dotou o distrito”.

Pena foi que os políticos não colaborassem com essa generosidade divina.

Com efeito e tomando como exemplo os três concelhos, enaltecia-se no livro comemorativo editado pelo Governo Civil de Leiria, as seguintes obras municipais realizadas entre 1926 e 1966:

	Rede Abastec. Água domiciliária	Povoações electificadas	Kms alcatroados	Redes de esgotos
Cast. Pera	8	32	23	0
Fig. Vinhos	1	17	18	1
Ped. Grande	1	35	10	0

3

Para quarenta anos de ditadura, convenhamos que é pouco, seguramente não por culpa dos autarcas de então mas por culpa do sistema centralizador.

Foi isto, porém, o que a Revolução de 25 de Abril de 1974, herdou.

Com a liberdade veio o poder local democrático e a despeito de todas as limitações de falta de experiência, o salto foi qualitativo!

Se compararmos o processo evolutivo destes últimos anos com o período anterior não precisamos de números, nem de estatísticas.

É todavia um desenvolvimento assimétrico com uma lei das finanças locais que nem sempre, ao longo dos tempos de Abril, foi justa e equitativa.

A autonomia financeira dos municípios a que nos vimos referindo está altamente comprometida com os exíguos aumentos previstos no Orçamento de Estado para 2005.

É assim, mais uma vez, dificultado senão inviabilizado o desenvolvimento destas regiões.

O resultado contribui, uma vez mais, para a desertificação.

III – PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO

Como dizia Paulo VI na Encíclica “Populorum Progressio”:

“O desenvolvimento não se traduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e os homens todos. Não aceitamos que o económico se separe do humano; nem o desenvolvimento das civilizações em que ele se inclui. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira”.

Vejamos, entretanto, o que está a suceder no norte do distrito de Leiria, nos concelhos que constituem a comarca de Figueiró, a despeito de vários programas de desenvolvimento locais, do esforço das autarquias, do interesse dos agentes económicos.

POPULAÇÃO RESIDENTE (fonte INE)

	1960	1981	1991	2001	Variaç. 1960/2001	Variaç. 1981/2001
Cast.Pera	5739	5137	4442	3733	- 2006 45,4%	-1404 27,3%
Fig. Vinhos	11545	8754	8012	7352	-4193 36,3%	-1402 16,1%
Ped. Grande	8239	5842	4643	4398	-3841 46,6%	-1444 24,7%
TOTAL	25523	19733	17097	15483	-10040 39,3%	-4250 27,5%

A brutal diminuição da população é influenciada nos primeiros catorze anos pela forte Emigração entre 1960/1981 é, sobretudo para a França e Alemanha e ao período da guerra colonial.

Como se demonstra no quadro acima, os três concelhos perderam no período de 1960 a 2001, 10.040 habitantes, ou seja, 43,9% da população, dos quais 4.250 habitantes (27,5%) nos últimos dez anos: uma acelerada desertificação.

Entretanto as gentes daqui são teimosas e têm insistido em planos de desenvolvimento, nomeadamente no concelho de Castanheira de Pera, onde a autarquia e a maioria das empresas têxteis chegaram a propor um plano de reconversão com saídas inovadoras, mas que previamente aprovado pelo Governo de então, acabou inviabilizado em consequência da morosidade na implantação das medidas.

Lutar contra a descrença é a grande tarefa das autarquias que teimam briosamente em acreditar nas potencialidades do desenvolvimento local.

ALGUMAS PISTAS PARA UM PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO

É comum ouvir-se, tanto nos discursos políticos, como nos colóquios empresariais que não há desenvolvimento sem vias de comunicação modernas, entendendo-se por isso, sobretudo, vias rápidas rodoviárias.

Estamos de acordo. Mas se os melhores acessos rodoviários não forem acompanhados de medidas de fixação das populações – criação de emprego e satisfação das necessidades básicas, por um lado, ocupação atractiva de tempos livres, por outro, servirão, não para trazer mais gente para o interior, mas para dele fazer sair mais gente.

O visconde de Castanheira de Pêra quando no século XIX implantou a indústria de lanifícios em Castanheira de Pêra, pensou em tudo isto e a sua aposta deu um modelo de desenvolvimento que sobreviveu até há pouco tempo e que só a inércia de alguns não deu continuidade. Esse modelo ainda é válido: emprego, habitações, ocupação de tempos livres, comunicações.

O turismo de montanha e de habitação, a cultura, a museologia (que também criam postos de trabalho), e outras actividades económicas visando o aproveitamento do potencial endógeno, como a exploração das novas fontes de energia, eólica (já há dois parques aprovados em Castanheira de Pera e em Figueiró dos Vinhos), a solar e um melhor aproveitamento hídrico devem ser apoiados e são apostas a fomentar num programa integrado de desenvolvimento adequado à nossa região. Quanto a nós, penso que uma maior coordenação entre os três concelhos do norte do distrito pode ser a chave do desenvolvimento e o turismo é uma grande opção!

A dimensão é tão pequena que qualquer concelho que não tenha em conta o vizinho, já não é bairrista, é suicida!

Reestruturar as empresas industriais da região também se torna importante e imprescindível, tanto as de madeiras, como as têxteis. Mas atenção: sabendo-se que o investimento não é hoje igual a emprego, defender a reestruturação só por si, atendendo apenas ao ponto de vista económico, sem olhar para as consequências sociais, seria muito perigoso.

Na verdade, é preciso ir mais longe, para não se correr o risco de, ao transformar empresas degradadas em empresas tecnologicamente evoluídas e competitivas – o que por si só é bom – lançar milhares de trabalhadores no desemprego, ajudando assim a uma acelerada desertificação do interior.

Daqui que qualquer reestruturação para as nossas zonas não possa ver só a árvore, esquecendo-se da floresta. É urgente que ao analisarmos um sector se veja o enquadramento geral, para que as soluções surjam no âmbito de um plano integrado, em que se encontrem respostas para a transferência de emprego, a formação profissional, a criação de actividades económicas alternativas que absorvam os excedentes libertados, em que se tenha em conta o equilíbrio social, económico, cultural e ambiental; e conta sempre com a cooperação intermunicipal na planificação.

O contrário seria catastrófico porque criaria maiores problemas para as populações.

Sem querermos ser arautos proféticos da desgraça, mas com todo o realismo, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande poderão, neste ritmo, transformarem-se a breve trecho, em lar de idosos, dormitórios de jovens que trabalham em Coimbra; Leiria ou Pombal, estância de férias de conterrâneos emigrantes, com as aldeias transformadas em condomínios de usufruto nos fins-de-semana e cujos custos das infra-estruturas são suportadas pelos municípios.

IV – QUE MOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO?

Separados de Coimbra pela Serra de Lousã cujo ponto mais alto 1.204m se situa no concelho de Castanheira de Pêra e em 1914 a uma distância média de cerca de 90 km (Castanheira e Pedrógão) e 73 km (Figueiró dos Vinhos) relativamente a sede de distrito, a cidade de Leiria, os concelhos do norte foram quase sempre uns mal-amados!

Em relatos de 1914 é descrita “a dificuldade para alguém se deslocar de carro de Leiria para qualquer dos três concelhos do norte, com sucessivos transbordos em Pombal, Ansião e Figueiró pois as estradas, não permitiam que um carro fizesse todo o percurso.”

“Do exposto resulta que os povos do extremo norte do distrito de Leiria, estão completamente alheados de todo o movimento com a sua sede, à excepção das relações burocráticas indispensáveis.

As suas relações são com Coimbra.”

Em meados de 1927 a pressão era enorme para que estes três concelhos do norte passarem para Coimbra, mas Leiria opunha-se e de novo em 1933 apelavam à União Nacional sob o lema de que “Leiria não é Beira”.

O 25 de Abril veio proporcionar outras acessibilidades, com melhores estradas e distâncias menores; infelizmente, porém, a IC 8 que ligaria a Figueira da Foz a Castelo Branco num corte transversal do País continua por concluir, prejudicando gravemente o norte do distrito de Leiria e os concelhos de Castelo Branco vizinhos, como a Sertã e Proença-a-Nova. Parece que não há governo que tome decisões!

6

É por estas e por outras que a despeito de tudo isto, mais por culpa da forma como foi organizado e realizado do que por corresponder à vontade popular que o resultado do referendo de 1998 teve, lamentavelmente, nesta zona, um rotundo “não”.

E todavia as Assembleias Municipais dos concelhos do norte do distrito de Leiria haviam votado maioritariamente a ligação a Coimbra.

Os tempos passaram e novas sugestões surgem. Confiantes em aliciantes propostas de desenvolvimento local que, no fundo é o que pretendem os autarcas sérios, qualquer que tenha sido a força política, que os elegeu.

Assim, em 2003, é decidido pelos municípios dos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Pampilhosa da Serra, Sertã, Arganil e Oliveira do Hospital uma nova comunidade intermunicipal. Três de Leiria, três de Coimbra e um de Castelo Branco com as afinidades da continuidade geográfica, de serem zona de pinhal e com a mesma problemática da interioridade.

Tudo no papel e pouco mais! A ver vamos!

Que regionalização afinal?

Sem tirar o mérito destas comunidades intermunicipais ainda que com alguma homogeneidade e interesses comuns, a verdade é que sociologicamente os bairrismos locais, distritais e até regionais têm formado a opinião popular e são, na prática, muito difíceis de superar num país tão pequeno como o nosso.

É preciso, primeiro, saber o que queremos e o que é melhor para o país, inserido como está a União Europeia: manter o distrito ou criar regiões administrativas mais ou menos como as que partindo das Comissões de Coordenação se chegou a propor referendar?

Se há quem afirme haver uma forte consciência distrital, há quem defenda a regionalização numa lógica das CCR's cuja prática demonstrou ter coordenadamente sido motor de desenvolvimento.

Há que retomar o debate e assumir decisões; urgentemente!

Com a convicção que iremos servir o Povo e não os carreirismos políticos de inábeis aprendizes a Conde de Abranhos.

“Ai de nós se não formos nós!” – sentenciava um ancião da serra.

E é por isso que devendo-se exigir uma Administração Nacional do Território com ideias claras e directrizes sustentáveis, torna-se imperioso reforçar o poder local mais próximo dos cidadãos, enquanto não há regionalização definida, mas mesmo com ela.

Porque é reforçando a base e não asfixiando-a que o Povo reconhece a sua soberania.

As assimetrias são profundas; a situação é muito grave. É necessário uma inversão urgente. Mas isso exige mobilização de todos, permanente cooperação intermunicipal e uma grande pressão sobre o governo. E exigirá inevitavelmente outras relações Estado-Autarquias, uma profunda reforma do Poder Local com uma regionalização adequada ao interesse nacional.

É pois preciso que concertemos esforços porque para nós, o destino do desenvolvimento, contra todos os liberalismos endeusados, continua a ser, o Homem!

7

Com efeito, o desenvolvimento económico, para nós, representa um crescimento adequado e integrado em que o HOMEM é o principal beneficiário pela melhoria das suas condições de vida.

Pressupõe portanto que as empresas devem retirar a justa remuneração do capital investido e toda a região deve beneficiar da riqueza criada de forma a que ao crescimento económico corresponda um verdadeiro desenvolvimento.

É um esforço colectivo que se pede e é no conjugar e na coordenação desse esforço local que reside a chave do motor do desenvolvimento; mas que o poder central saiba o que quer, fomentando, subsidiando e não atrapalhando.

Como dizia o velho serrano: AI DE NÓS SE NÃO FORMOS NÓS!

Louvando a iniciativa de mobilizar os crentes para a transcrição manuscrita da Bíblia, permito-me seguindo o exemplo pedagógico, sugerir uma iniciativa cívica do género, relativamente à Constituição da República Portuguesa, começando pelos membros dos órgãos nacionais e acabando no povo anónimo!

É que muitos dos titulares já esqueceram o texto que juraram defender!